



8968228



08011.000046/2017-68



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

Memória de Reunião

Comitê de Governança Estratégica - CGE

DATA:	30/05/2019	
LOCAL:	Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ed. Sede, 4º andar, Sala de Retratos	
PARTICIPANTES	NOME	ÓRGÃO
1.	Flávia Cecília Maceno Blanco	GM
2.	Luiz Pontel de Souza	SE
3.	Washington Leonardo Guanaes Bonini	SE
4.	Christiane Maranhão de Oliveira	SPO
5.	Rogério Xavier Rocha	SAA
6.	Rodrigo Lange	DTIC
7.	Cláudio Antônio de Almeida Py	AECI
8.	Carlos Alberto dos Santos Silva	AECI
9.	Lucas Alves de Lima Barros de Góes	AFEPAR
10.	Vladimir Passos de Freitas	AEAL
11.	Diogo Machado	ASINT
12.	Maria Hilda Marsiaj Pinto	SENAJUS
13.	Luciano Benetti Timm	SENACON
14.	Luiz Roberto Beggiora	SENAD
15.	Freibergue Rubem do Nascimento	SENASP
16.	Washington Luiz	SEOPI
17.	Fabiano Bordignon	DEPEN
18.	José Lopes Hott Junior	PRF
19.	Alexandre Barreto de Souza	CADE
20.	Mariana Boabaid Dalcanale Rosa	CADE
21.	Neide Alves Dias de Sordi	AN
22.	Mariana Rodrigues Carrijo	AN
23.	Roberto Leonel de Oliveira Lima	COAF
24.	Jorge Luiz Alves Caetano	COAF
25.	Claudete Terezinha Trapp	CGGE
26.	Robson Ferreira Polito	CGGE
27.	Juliana Coelho Antero	CGGE
28.	Aline Rosa Roriz	CGGE
29.	Renato Menezes Santana	PF
30.	Ronaldo Bento	OUV

31.	Renato Ivo Fernandes de Castro	SENASP
32.	Ziana Santos	SENASP
33.	Adriana Dullius	SENAACON
34.	Ivan Gomes Bonifácio	SENAJUS
35.	Diogo Sorano	SENAD
36.	Diego Mantovanel do Monte	DEPEN
37.	David de Lima Freitas	CGOF/SPO
38.	Eduardo Benevides Bonfim	SE
39.	Renata Amoras C. Menezes	ASCOM
40.	Giselly Siqueira	ASCOM
41.	Elias José Pudeulko	GM
42.	Luis Cláudio Laviano	SENASP
43.	Daniel Saboia	AM/GM
44.	Victor de Souza Leão	AM/GM
45.	Rafael Henrique Cerqueira	SPO
46.	Sérgio Rodrigues da Silva	SPO
47.	Fábia Oliveira Martins de Souza	AN
48.	Patrícia Reis Longhi	AN
49.	Luiz A. Mato dos Santos	SENAJUS
50.	Ana Paula Santos da Silva	SENAJUS
51.	Paulo Henrique G. da Silva	SENAJUS
52.	Alexandre Rabelo Patury	SENAJUS
53.	João Bosco Teixeira	CONJUR
PAUTA:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Abertura; 2. Monitoramento do Planejamento Estratégico - panorama dos projetos até maio/2019; 3. Gestão de Riscos e Plano de Integridade; 4. Informes SPO; 5. Informes SENACON; 6. Informes SE; 7. Encerramento e encaminhamentos. 	

DELIBERAÇÕES

1. O Secretário-Executivo, Sr. Luiz Pontel, presidiu a abertura da reunião, apresentando a pauta aos presentes e reforçou que, em decorrência da votação da Medida Provisória nº 870, de 2019, deixarão de compor a estrutura do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP tanto o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF quanto a competência de registros sindicais. Embora sejam realizados os ajustes administrativos necessários, registrou a importância de serem mantidas a parceria e a interação entre os órgãos. Na oportunidade, o Sr. Roberto Leonel, Presidente do COAF, mencionou os ganhos obtidos na unidade, agradecendo o apoio das unidades no período em que estiveram na estrutura do Ministério.
2. Anteriormente ao monitoramento do planejamento estratégico, item subsequente previsto em pauta, o Secretário-Executivo informou aos presentes acerca da sinalização feita pelo Ministério da Economia dos limites orçamentários para o PLOA 2020, com redução de 15% quando comparado ao ano corrente. O MJSP comunicará formalmente às unidades e procederá com a distribuição interna baseada nos dados históricos dos últimos anos e do ano em vigência. Trata-se de uma primeira sinalização, em que o Ministério buscará reajustar os valores para patamares mais elevados, uma vez que a temática do órgão é prioridade do governo. No entanto, ressaltou a situação orçamentária delicada em razão da arrecadação do país e solicitou às áreas que utilizem os recursos disponíveis com cautela e parcimônia, lembrando da possibilidade de eventuais situações e gastos emergenciais com custos inesperados.

3. Dando continuidade à pauta, solicitou que as unidades responsáveis pela execução dos projetos selecionados, em reunião anterior, procedessem com a exposição de seus resultados, bem como de um indicador estratégico. O Sr. Ronaldo Bento, Ouvidor-Geral do MJSP, contextualizou sobre o projeto “Fortalecimento da Ouvidoria-Geral”, canal único de manifestações e denúncias no âmbito do Ministério. O objetivo do projeto é de aperfeiçoar a gestão da Ouvidoria-Geral do MJSP, priorizando a atuação em rede, com a implementação de novos processos de trabalho, observando os normativos, as orientações de órgãos de controle e as boas práticas de gestão. Assim, ao serem tratados de forma adequada, os dados obtidos poderão ser utilizados como ferramenta de gestão para a melhoria de políticas públicas e a prestação de serviços mais eficientes ao usuário. Mencionou, ainda, a recente adesão formal do Ministério à Rede Nacional de Ouvidorias do Poder Executivo Federal, bem como a ação de relacionamento com o público interno a partir da utilização de QR code para comunicação direta com a Ouvidoria-Geral. Além disso, abordou a reestruturação do fórum de ouvidores de segurança pública, com interface à prevenção social em um contexto da transparência e da democracia participativa do cidadão. O projeto apresenta 83% de conclusão, em situação adiantada em relação ao previsto.
4. Em seguida, a Sra. Neide de Sordi, Diretora Geral do Arquivo Nacional, apresentou o projeto “Fortalecimento do Arquivo Nacional digital - arquivo permanente digital”, cujo objetivo é de fortalecer o papel do Arquivo Nacional como entidade custodiadora nacional, permitindo-lhe exercer o protagonismo no recolhimento da documentação digital, especialmente a documentação permanente da Administração Pública Federal, bem como aprimorar a preservação digital e o acesso aos documentos do AN Digital. Atualmente, estão em posse do órgão aproximadamente 60 km de papéis de acervo advindos de toda a Administração Pública, cabendo ao Arquivo Nacional dar acesso aos documentos em papel, bem como dar início ao recebimento daqueles nato-digitais. Dessa forma, seria evitado um hiato na memória a partir do período de criação de documentos digitais. Destacou ainda o volume de documentação em sistemas não seguros, reforçando a necessidade de criação de repositórios digitais confiáveis, para armazenamento de informações e melhor gestão documental. O projeto está com 25% concluído, apresentando relevância e transversalidade em toda a Administração Pública. Com relação ao “Acesso às bases de dados sobre o acervo”, o indicador apresentou o resultado de 18.052.470 acessos até abril de 2019, especificamente 881.122 no referido mês.
5. Finalizando o monitoramento da estratégia, a Secretaria Nacional de Justiça - Senajus, representada pelo Sr. Alexandre Patury, apresentou o projeto de “Estruturação da Coordenação-Geral de Registro Sindical, organização da fila de pedidos de registro, retomada do exame dos processos de registro sindical e avaliação dos atos normativos em vigor”, o qual é gerente, e tem o objetivo de implantar, no âmbito do MJSP, em definitivo, as estruturas necessárias para prestar o registro sindical, bem como negociar as condições com o Ministério da Economia, se necessário, da relação jurídica para prestação de serviço de apoio nas Superintendências dos Estados. Foram mencionados, portanto, realizações no âmbito do projeto, que se encontra com 74% de execução (situação adiantada): i) digitalização de 90% do acervo, documentos compreendidos entre os anos de 1988 e 2014; ii) substituição dos 140 postos de atendimento por peticionamento eletrônico, resultando em maior celeridade; iii) ajuste no pedido de atualização de diretoria, substituindo a apresentação de diversos documentos desnecessários por uma declaração, sob transparência ativa para eventuais questionamentos. A Secretaria Nacional de Justiça, por meio da Coordenação-Geral de Registro Sindical, além da regularização do atendimento, atuou no combate à corrupção sistêmica, com iniciativas de: transparência ativa; agendamento, gravação e publicação das audiências; análise de mais de cem mil processos, permitindo agrupamentos, georreferenciamento e utilização estatística para identificação de indícios. Cabe registrar que a temática de registros sindicais deverá integrar o rol de competências do Ministério da Economia, como mencionado no início da reunião. Já relacionado ao indicador estratégico “Processos de autorização de residência para fins laborais decididos”, registrou-se aumento de, aproximadamente, 13% quando comparado ao trimestre de 2018. A meta prevista para 2019 já foi ultrapassada, atingindo o resultado de 85% até março, sendo o processo totalmente eletrônico via certificação digital, por meio do sistema Migranteweb.
6. Prosseguindo com a reunião, o Sr. Cláudio Py, Assessor Especial de Controle Interno, registrou que o Plano de Integridade já se encontra disponível no portal do MJSP e que, ainda no mês de junho, iniciará expansão do programa de integridade para todas as unidades finalísticas para os devidos tratamentos. Em seguida, dando continuidade à pauta de gestão de riscos, o Sr. Carlos Silva,

apresentou o sistema de apoio à gestão de riscos aos presentes, com lançamento previsto para o dia 05 de junho de 2019. Atualmente, um projeto piloto tem sido realizado na Secretaria Nacional de Justiça e na Secretaria Nacional do Consumidor para utilização do sistema, que se encontra com suas funcionalidades básicas completas, restando apenas aquela relacionada ao acompanhamento processo de gerenciamento de risco de cada unidade. O sistema utiliza como referência os produtos do planejamento estratégico, perpassando por todas as etapas do processo de gerenciamento de riscos, desde a análise do ambiente, identificação e categorização de riscos até o tratamento e monitoramento. Com a utilização do sistema, será possível criar um banco de conhecimento relacionado à análise ambiental, eventos de risco, causas, dentre outros. Complementarmente, o Sr. Cláudio Py informou que, além das duas unidades piloto mencionadas anteriormente, será realizado o gerenciamento de riscos em seis projetos estratégicos da carteira do MJSP, bem como no Departamento Penitenciário Nacional e Secretaria Nacional de Segurança Pública.

7. Na ocasião, o Secretário-Executivo mencionou a relevância do projeto da Assessoria Especial de Controle Interno, sendo a avaliação de riscos fundamental em todos os processos, apontando a necessidade de a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação assimilar o sistema de modo a institucionalizá-lo. Considerou o sistema importante ao subsidiar eventuais auditorias e obtenção de informações rápidas e corretas aos órgãos de controle.
8. Salientou, ainda, sobre o estreitamento das relações entre o MJSP, TCU e CGU. De acordo com o Secretário-Executivo, a CGU atuará como consultoria prévia para o Plano Nacional de Segurança Pública, auxiliando o Ministério a sanar problemas antes mesmo de serem geradas recomendações/determinações de providência.
9. A Sra. Christiane Maranhão, Subsecretária de Planejamento e Orçamento, aproveitou a oportunidade para destacar a importância da gestão de riscos, compartilhando a experiência de a SPO como unidade piloto no processo “execução orçamentária” e seus benefícios, uma vez que permite a implementação de controles para mitigar tais riscos, além de permitir verificar o andamento do processo.
10. Dando continuidade à pauta, a Sra. Christiane Maranhão apresentou o painel orçamentário do MJSP, disponibilizado na intranet a todos os servidores, tratando especificamente do indicador estratégico de execução orçamentária, que traz a relação entre o valor empenhado e limite disponível (desconsiderando o valor bloqueado devido ao contingenciamento). Informou que as unidades que se encontram com o indicador mais alto são: Arquivo Nacional, Polícia Federal, Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Secretaria de Operações Integradas e Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas da Secretaria-Executiva. Com valores maiores ainda a empenhar, foram destacados: Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP; Secretaria Nacional de Segurança Pública; Polícia Rodoviária Federal; e Fundo de Diretos Difusos – FDD. As demais unidades encontram-se com execução intermediária. Assim, chamou-se a atenção para o fato de que o referido indicador é levado em consideração em negociação da Pasta junto ao Ministério da Economia para descontingenciamento ou mesmo suplementações.
11. Em relação ao contingenciamento, foi informado que R\$ 837,8 milhões foram contingenciados, por meio do Decreto nº 9.741, de 29 de março de 2019 e R\$ 267,5 milhões remanejados para outras Pastas, por meio da Portaria nº 144, de 02 de maio de 2019, da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, totalizando R\$ 1.105,3 bilhão. Há ainda a previsão de cancelamento de R\$ 133,75 milhões. Neste sentido, são necessárias providências por parte das unidades (reavaliação da programação orçamentária/ cronograma mensal de empenho e medidas administrativas para contenção e priorização de despesas), bem como providências por parte da SPO (reuniões com cada unidade; elaboração de novo ofício a ser expedido pelo Ministro).
12. Outro aviso tratado pela Sra. Christiane se referiu aos referenciais para elaboração da proposta orçamentária de 2020, com desconto de 15%. Assim como no exercício anterior, as unidades serão informadas, por meio de ofício, da distribuição do valor referencial, sendo solicitado às unidades que se manifestem quais as principais entregas à sociedade, no exercício de 2020, serão pretendidas com esse recurso. Ademais, as unidades deverão encaminhar informações adicionais que fundamentem o ofício a ser expedido, no intuito de subsidiar solicitação de ampliação do referencial.
13. Em seguida, o Secretário Nacional do Consumidor, Sr. Luciano Timm, apresentou sobre o Fundo de Defesa de Direitos Difusos – FDD, criado pela Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/85) e regulamentado pela Lei nº 9.008/95. Trata-se de fundo que nasceu para o cumprimento de finalidade

específica, uma vez que as receitas que o compõem, oriundas de processos - judiciais ou administrativos - iniciados quando constatada a lesão a direito difuso ou coletivo, devem ser empregadas em projetos, sobretudo, nos eixos temáticos: i) promoção da recuperação, conservação e preservação do meio ambiente; ii) proteção e defesa do consumidor; iii) promoção e defesa da concorrência; iv) patrimônio cultural brasileiro; e v) outros direitos difusos e coletivos. Periodicamente, é dada possibilidade para que entes públicos federais, estaduais, municipais e organizações da sociedade civil encaminhem projetos para análise do CFDD. Mencionou que, por se tratar de aplicação de recurso público, o norteamento para avaliação segue os preceitos do art. 116 da Lei de Licitações, sendo necessário observar alguns aspectos relevantes, como: indicar os beneficiários diretos e indiretos do projeto; apontar os problemas que se busca resolver, os resultados esperados e o enquadramento ao eixo temático; os valores devem estar de acordo com os valores de mercado e justificados no projeto; as aquisições/contratações devem estar diretamente relacionadas ao objeto e necessárias para o alcance dos resultados pretendidos; cronograma mensurável e realista; resultados devem perdurar após o encerramento do aporte de recursos pelo FDD.

14. Posteriormente, a Chefe de Gabinete do Ministro, Sra. Flávia Blanco, informou que o fluxo de eventos e formulário específico para solicitação, mencionado em reunião anterior do CGE, já se encontra disponível no site Você.MJ, além de ser enviado Ofício nº 8369533/2019/DIDOC/GM/MJ, com orientações às unidades. Solicitou que sejam observados os prazos de acordo com o porte do evento, levando em consideração o número de pessoas previstas, além da necessidade de participação do Sr. Ministro.
15. Já o Secretário-Executivo Adjunto, Sr. Washington Bonini, trouxe alguns informes da Secretaria-executiva: i) plataforma Governar: a carteira de projetos estratégicos do MJSP foi incluída no Governar, organizada por objetivos estratégicos (realizações), cuja finalidade é informar a execução dos projetos para monitoramento do Presidente, e será atualizada pela CGGE no Governar de acordo com o informado pelas unidades na ferramenta Project; ii) sistemática de diárias e passagens: o juízo de conveniência e oportunidade dos deslocamentos será de responsabilidade da unidade demandante. As autorizações do Decreto nº 7.689, de 02 de março de 2012, serão concedidas até o alcance do limite orçamentário, sem avaliação de conveniência e oportunidade pela SE. Mencionou que as unidades serão informadas mensalmente da situação ou alertadas de situações limítrofes, além do uso de limites no SCDP. A liberação de limite terá de ser justificada à SE. A situação não se aplica à PF, PRF e ao CADE.
16. A Sra. Christiane Maranhão, por fim, informou que a repactuação do planejamento estratégico foi aprovada por meio da Portaria MJSP nº 521, de 15 de maio de 2019, assim como a publicação do conteúdo (Portaria SE nº 1.155, de 28 de maio de 2019). O referido conteúdo encontra-se disponível no site do Ministério, menu "Governança" / "Planejamento Estratégico". Avisou que, também no site, é possível acessar as atas do CGE (menu "Governança" / "Comitê de Governança Estratégica").
17. Encerrando a reunião, o Secretário-Executivo comunicou que, para a próxima reunião do CGE – a ser realizada em junho, deverão ser apresentadas situações de um indicador e de um projeto das seguintes unidades: DEPEN, PF e PRF.



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA COELHO ANTERO, Chefe da Divisão de Planejamento e Apoio à Gestão**, em 13/06/2019, às 14:02, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Claudete Terezinha Trapp, Coordenador(a)-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional**, em 13/06/2019, às 14:12, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Robson Ferreira Polito, Coordenador(a) de Gestão Estratégica**, em 13/06/2019, às 14:17, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

Documento assinado eletronicamente por **Neide Alves Dias De Sordi, Usuário Externo**, em 13/06/2019, às 19:04, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Lopes Hott Junior, Usuário Externo**, em 13/06/2019, às 21:45, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Rodrigues Carrijo, Usuário Externo**, em 14/06/2019, às 09:57, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Diogo Dominici Soriano, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas**, em 14/06/2019, às 10:48, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Hilda Marsiaj Pinto, Secretário(a) Nacional de Justiça**, em 14/06/2019, às 12:53, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **FLÁVIA CECÍLIA MACENO BLANCO, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 14/06/2019, às 13:37, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ ROBERTO BEGGIORA, Secretário(a) Nacional de Políticas sobre Drogas**, em 14/06/2019, às 14:35, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **DIOGO DE OLIVEIRA MACHADO, Coordenador(a)-Geral de Assuntos Internacionais**, em 14/06/2019, às 15:24, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **FREIBERGUE RUBEM DO NASCIMENTO, Secretário(a) Adjunto(a) da Secretaria Nacional de Segurança Pública**, em 14/06/2019, às 19:31, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Christiane Maranhão de Oliveira, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 17/06/2019, às 14:54, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO BENEVIDES BOMFIM, Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva**, em 18/06/2019, às 11:52, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Barreto de Souza, Usuário Externo**, em 18/06/2019, às 17:21, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Benetti Timm, Secretário(a) Nacional do Consumidor**, em 18/06/2019, às 18:51, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antônio de Almeida Py, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 19/06/2019, às 13:39, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

Documento assinado eletronicamente por **Elias José Pudeulko, Assessor(a)**, em 21/06/2019, às 11:24,



conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **RENATO MENEZES SANTANA, Usuário Externo**, em 21/06/2019, às 12:34, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Lange, Diretor(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 21/06/2019, às 13:51, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiano Bordignon, Diretor(a)-Geral do Departamento Penitenciário Nacional**, em 24/06/2019, às 20:03, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO XAVIER ROCHA, Subsecretário(a) de Administração**, em 25/06/2019, às 19:22, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Washington Luiz Santos, Secretário(a) Adjunto(a) da Secretaria de Operações Integradas**, em 27/06/2019, às 09:48, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Boabaid Dalcanale Rosa, Usuário Externo**, em 27/06/2019, às 14:42, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ PONTEL DE SOUZA, Secretário(a)-Executivo(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 28/06/2019, às 13:31, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Vladimir Passos de Freitas, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Legislativos**, em 03/07/2019, às 17:43, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON LEONARDO GUANAES BONINI, Secretário(a)-Executivo(a) Adjunto(a)**, em 04/07/2019, às 18:07, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **8968228** e o código CRC **32F8C27B**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.